



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
PRIMEIRA PROCURADORIA**

**EXCELENTÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO  
DISTRITO FEDERAL**

**Processo nº 34.707/2018-e**

O Ministério Público, nos termos do artigo 33, I e 34 da Lei Complementar nº 1/1994 e do artigo 54, IV, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal vem interpor o presente

**PEDIDO DE REEXAME**

contra a r. Decisão nº 2.355/2019, proferida na Sessão Ordinária nº 5.143, de 11/7/2019, nos autos do Processo nº 32.137/2014-e, e publicado no DODF n 135, de 19/7/2019, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas:



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**PRIMEIRA PROCURADORIA**

**I - DA ADMISSIBILIDADE**

1. Preliminarmente, cumpre registrar a tempestividade deste recurso, na forma do artigo 34 da Lei Complementar nº 1/1994 cominado com o artigo 286 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal – RI/TCDF<sup>1</sup>, bem como a legitimidade do Ministério Público de Contas do Distrito Federal – MPC/DF – para requerer a reforma da Decisão, nos termos do artigo 33, **caput**, inciso I, da LC nº 1/1994, cominado com o artigo 286 do Regimento Interno.

**II – DA DECISÃO RECORRIDA**

2. O Processo nº 34.707/2018-e cuida da Representação nº 7/2018-CF, por meio da qual o **MPC/DF** noticiou ao c. **TCDF** o recebimento de denúncia versando sobre possível irregularidade relativa à assiduidade de empregado do Banco de Brasília – BRB<sup>2</sup>, supostamente com anuência da chefia imediata, em ofensa aos princípios da legalidade e moralidade administrativa.

3. Na Sessão Ordinária nº 5.143, de 11 de julho de 2019, o c. **Plenário**, acompanhando o Voto do Relator, em. Conselheiro Inácio Magalhães, exarou a r. Decisão nº 2.355/2019, **in verbis**:

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento do Ofício DIRCO – 2019/006 e documentos anexos (peça n.o 15), bem como da manifestação do Sr. Nixon Chagas Quirino e documentos anexos (peça n.o 16), encaminhados pelo Banco de Brasília e pelo referido empregado, respectivamente, em cumprimento à Decisão n.o 5.822/2018; II – diante da falta de comprovação cabal da inassiduidade do empregado Nixon Chagas Quirino, da implementação de home office e da iminente instalação de relógios e pontos eletrônicos no Banco de Brasília, considerar, no mérito, improcedente a presente Representação; III – autorizar o arquivamento do processo em apreço.”* (Grifos acrescidos).

4. Em face do teor da citada deliberação, o **Parquet** vem interpor o presente recurso, a fim de que seja reformada a r. **Decisão nº 2.355/2019**.

5. No sentir do **MPC/DF**, o suporte documental presente nos autos do processo, que, vale dizer, alberga, além dos documentos acostados pelo **Parquet**, manifestação da

<sup>1</sup> Considerando que a publicação do **Decisum** no DODF se deu em **19/07/2019** e que o prazo para interposição do recurso é de 30 dias, contados na forma dos arts. 168 e 169 do RI/TCDF, o termo final para interposição do apelo é **19/08/2019**.

<sup>2</sup> Sr. Nicson Chagas Quirino.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**PRIMEIRA PROCURADORIA**

entidade jurisdicionada e do denunciado, não deixa laivo de dúvida quanto à ocorrência da irregularidade, o que, por conseguinte, afasta o entendimento no sentido da falta de provas e o arquivamento do feito.

6. Nessa perspectiva, a par das normas constitucionais e demais princípios administrativos que orientam a atuação da c. Corte de Contas, este Órgão Ministerial entende que a reforma da r. Decisão nº 2.355/2019 é medida que se impõe, conforme razões a seguir engendradas.

### **III – DOS FUNDAMENTOS DO RECURSO**

7. Por meio da Representação nº 7/2018-CF, o **MPC/DF** noticiou ao c. **Tribunal de Contas** o recebimento de denúncia versando sobre possível irregularidade relativa à assiduidade do empregado do Banco de Brasília – BRB.

8. Em suma, a denúncia recebida pelo **MPC/DF** relata que o Sr. Nicson Chagas Quirino, empregado público do BRB, não estaria prestando serviços à entidade de forma regular, o que estaria acontecendo com a condescendência das Chefias, visto que as folhas de ponto do empregado teriam sido validadas pelo responsável, permitindo que o denunciado recebesse o respectivo salário na integralidade, sem qualquer desconto, apesar do não cumprimento da jornada de trabalho de 40 horas semanais, que lhe é imposta.

9. O denunciante aduz, ainda, que o não comparecimento ao local de trabalho teria permitido que o denunciado concluísse o curso superior de Teologia, realizado supostamente no turno diurno, durante o horário de trabalho.

10. Na Sessão Ordinária nº 5.143, de 11/7/2019, o c. **Plenário**, acompanhando o Voto do em. Conselheiro Inácio Magalhães, exarou a r. Decisão nº 2.355/2019, em que deliberou pela **improcedência** da Representação Ministerial e pelo **arquivamento** dos autos.

11. O **MPC/DF**, com a **devida vênia**, **diverge** do posicionamento adotado pelo c. **Plenário**, que acompanhou os fundamentos apresentados no Voto do em. Relator, cujo desenvolvimento transcrevo abaixo:

*“Conforme detalhado pela instrução processual, a fase é de análise do mérito da Representação. Nesse sentido, acolhe-se, com ajustes, a posição defendida pela unidade instrutiva. Explica-se.*

*Ao conhecer da exordial, o Tribunal identificou série de indícios de que a matéria trazida aos autos pelo Ministério Público poderia configurar, de fato, ilegalidades que demandassem a atuação desta Corte de Contas, em atendimento ao disposto no artigo 230 do RI/TCDF.*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
PRIMEIRA PROCURADORIA**

*Na fase de análise do mérito, entende-se que tais indícios devam converter-se em fatos concretos. É dizer: a análise do instituto da Representação é bifásica, transmudando-se de um cenário superficial para outro real de irregularidades, no qual a Corte avaliará exatamente sua procedência.*

*No caso em exame, com a devida vênia ao representante, **não se observa a concretude dos indícios levantados quando da admissibilidade da exordial.** Veja-se o porquê.*

*A mola mestre do exame a ser proferido diz respeito à comprovação de que o empregado Nixon Chagas Quirino cumpre com suas obrigações laborais junto ao BRB.*

*Pois bem. Segundo a unidade instrutiva, foram carreados aos autos inúmeros pareceres, notas técnicas, dentre diversos tipos de documentos, que comprovam que o empregado, de fato, trabalhou normalmente. E mais. A própria Consultoria Jurídica do BRB atesta que o “empregado produziu em quantidade condizente à média verificada para a atividade desenvolvida, em relação aos demais advogados”.*

*Por outro lado, nada obstante as alegações do representante, acompanho a intelecção da Sefipe deste Tribunal no sentido de que não restaram devidamente comprovadas as suspeitas de inassiduidade do referido empregado do BRB, o que impossibilita qualquer aplicação de pena.*

*Um exemplo do que vem de se considerar, diz respeito, por exemplo, à frequência do empregado no curso de Teologia, o que, segundo os fatos narrados na exordial, comprovariam que o acusado não teria comparecido ao trabalho. Muito embora faça parte dos autos documentos que comprovam que o indigitado empregado frequentara o citado curso no período noturno, o Ministério Público insiste em afirmar que “a documentação apresentada não permite afirmar que o curso foi integralmente realizado no período noturno” ou, ainda, que “que tenha cursado unicamente esses dois semestres do curso de Teologia, ou mesmo unicamente matérias no turno da noite”.*

***Observe-se que a produção de provas visa a transformar os indícios em fatos, e não a levantar outros indícios que demandariam outras provas.** Caso contrário, o ciclo não se fecha, não há o término da fase probatória. Ora, o caso apresentado demonstra o indício do contrário, ou seja, que **não houve choque de horário entre o trabalho do empregado e o curso de Teologia que hipoteticamente teria cursado.** Noutras palavras, o conjunto probatório não é suficiente, quanto ao fato alegado, para produzir prova cabal daquilo que assevera o representante.*

*Ainda mais. O objetivo principal desse Tribunal deve ser aferir a ocorrência de práticas ilegais e, ao mesmo tempo, evitar sua repetição. No caso sub examine, além de não ficarem robustamente comprovados os ilícitos, há elementos citados pela Sefipe/TCDF que servirão para prevenir a ocorrência de possíveis atos irregulares no BRB, quando à comprovação de frequência de seus empregados. São eles: a implantação do home office, com a devida regulamentação, e a iminente implementação de relógios e pontos eletrônicos, segundo noticiado na Carta DIPES/SUGEP – 2018/002, o que tornará mais rigoroso o controle do cumprimento de jornadas de trabalho naquela jurisdição.” (Grifos acrescidos).*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**PRIMEIRA PROCURADORIA**

12. Analisando o item II da r. Decisão nº 2.355/2019, em face dos fundamentos contidos no Voto supratranscrito, observo que o entendimento pela **improcedência** da Representação e pelo **arquivamento** dos autos fundamentou-se em **três argumentos**, são eles:

- i. *“falta de comprovação cabal da inassiduidade do empregado Nicson Chagas Quirino”;*
- ii. *“implementação de home office” e*
- iii. *“iminente instalação de relógios e pontos eletrônicos no Banco de Brasília”.*

13. Com as devidas vênias, o **MPC/DF** entende que os argumentos indicados são **insuficientes** para fundamentar o arquivamento do presente feito com a conclusão pela improcedência da Representação, conforme passo a demonstrar.

**III.1) Quanto à suposta “falta de comprovação cabal da inassiduidade do empregado Nixon Chagas Quirino”**

14. De acordo com o Voto do em. Relator do feito, ao conhecer da exordial, o c. **Tribunal de Contas** teria identificado uma série de indícios de que a matéria trazida aos autos poderia, de fato, configurar ilegalidades que demandassem a atuação da c. **Corte**. Nesta fase, contudo, afirma que *“não se observa a concretude dos indícios levantados quando da admissibilidade da exordial”*.

15. Considerando que, nesta fase, nas palavras do em. Relator: *“o exame a ser proferido diz respeito à comprovação de que o empregado Nicson Chagas Quirino cumpre com suas obrigações laborais junto ao BRB”*, seguem os fatos evidenciados nos autos do Processo nº 34.707/2018-e.

16. Para fins didáticos, a análise quanto à assiduidade do empregado denunciado será subdividida em duas etapas: regime de trabalho aplicável e evidências da inassiduidade.

**III.1.i) Regime de trabalho aplicável:**

17. Sabe-se que empregados públicos são regidos pela CLT e, assim, encontram-se sujeitos às normas de controle de frequência insculpidas no art. 74 da aludida norma.

18. Em que pese o Sr. Nicson Chagas Quirino ter argumentado que não estaria obrigado ao controle de frequência em razão do que dispõe a Resolução nº 6/2017 da OAB –



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**PRIMEIRA PROCURADORIA**

Conselho Seccional do Distrito Federal<sup>3</sup>, é preciso esclarecer que **o denunciado não se enquadra como advogado público**, posto que não é advogado do BRB aprovado em concurso público “*para exercer atividade privativa de advocacia e para a qual se exige formação em curso de graduação em Direito e inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil*”<sup>4</sup>.

19. Conforme documentação acostadas nos autos, o Sr. Nicson Chagas Quirino é empregado do BRB admitido, em 1985, por concurso público, para ocupar o **cargo de ESCRITURÁRIO** e, desde 1993, vem exercendo atividades relacionada à advocacia e à consultoria jurídica do Banco, haja vista sua designação para ocupar **função gratificada da COJUR** (e-DOCs CA16B522-c, fl. 10).

20. A respeito do tema, é preciso informar que, em 2009, o BRB firmou **acordo judicial** em Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho, comprometendo-se a abrir concurso para a admissão de advogados e a abandonar a prática de recrutar advogados dentre os empregados aprovados no concurso de escriturário, mediante a concessão de função gratificada. O mesmo acordo previa a “*manutenção dos bancários que se encontravam no exercício da função técnica de advogado a permanência nas condições em que se encontravam*”.

21. Em caso análogo ao do Sr. Nicson Chagas Quirino, assim se pronunciou a 2ª Turma do c. TST:

*“O Tribunal Regional consignou que a reclamante era escriturária investida no cargo comissionado de advogada, ou seja, sem concurso público, e, por isso, entendeu que a autora exercia função técnica, afastando a aplicação do Estatuto da Advocacia. Assim fundamentou a Corte local:*

*‘E nem se diga, **esclareça-se que tão somente para o caso específico em análise, que a função era técnica**, na medida em que o acordo deixou claro que ‘A profissão de carreira jurídica não mais poderá ser exercida por meio de comissionamento de bancários’, a fls. 541.*

*Assim, não se pode considerar que a reclamante é advogada empregada do BRB, **mas escriturária investida no cargo comissionado de advogada**, não havendo de se falar em aplicação da jornada especial prevista na Lei 8.906/94.*

*Desse modo, **conforme bem observou o Juízo de origem, a jornada de 8 horas diárias não foi fixada em razão de haver ou não regime de dedicação exclusiva, mas sim pelo exercício de função de confiança**.’ (grifos nossos)*

*Assim, constata-se que o presente caso se distingue daqueles em que esta Corte tem jurisprudência consolidada, por não se tratar de advogada empregada contratada por instituição bancária, mas sim, de escriturária em exercício do cargo comissionado de*

<sup>3</sup> Editada com fundamento na Lei distrital nº 5.369/2014 e na Súmula 9 da Comissão de Defesa da Advocacia Pública do Conselho Federal da OAB.

<sup>4</sup> Art. 1º, §1º, da Lei distrital nº 5.369/2014.





**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**PRIMEIRA PROCURADORIA**

*advogada, pelo que, não há de se falar em modificação do julgado pela via dos presentes embargos de declaração.”*

(ED-RR - 866-57.2012.5.10.0010, TST - 2ª Turma, Rel. Min. Delaíde Miranda Arantes. Julgado em 24/04/2019.)

22. Analisando o acordo havido entre o BRB e a ASABRB para o ajuste da jornada dos empregados escriturários ocupantes de função gratificada de advogado, o c. **Tribunal Superior do Trabalho** assim se pronunciou:

“(…)

*RECURSO DE REVISTA. APLEO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014. ADVOGADO EMPREGADO DE BANCO. JORNADA DE TRABALHO. ALTERAÇÃO CONSENSUAL. OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA BOA-FÉ CONTRATUAL.*

*Na hipótese, o Autor anuiu expressamente com jornada de 8 (oito) horas diárias, ainda que em acordo firmado por associação de advogados e não por sindicato, por considerá-lo, por certo, vantajoso. Ressalte-se que o fato de o Reclamante anuir com a jornada laboral de 8 (oito) horas não importou em alteração contratual lesiva e renúncia a direitos indisponíveis (art. 468 da CLT), porque ele sempre esteve submetido a essa jornada laboral enquanto exerceu a função de advogado por longos anos e submeteu-se a esse acordo exatamente para ter garantida a sua função de advogado, que, no seu entender, era mais vantajosa, ou seja, apenas para regularizar sua situação e garantir a condição em que estava. Fere o princípio da boa-fé contratual, previsto nos arts. 187 e 422 do Código Civil, o fato de o Reclamante ter consciência de que anuiu, expressamente, com a alteração da jornada laboral para 8 (oito) horas diárias, e vir a juízo pleitear horas extras com base em jornada de 6 (seis) horas, para a qual foi contratado inicialmente. Recurso de Revista conhecido e provido.” (RR-000911-05.2014.5.10.0006, TST - 4ª Turma. Rel. Min. Maria de Assis Calsing. Julgado em 17/08/2016.)*

23. Desse modo, considerando os contornos específicos dado ao caso concreto, observa-se que o **empregado escriturário** ocupante de função gratificada de advogado não se enquadra como advogado público, **não lhe sendo aplicável** o disposto na Resolução nº 6/2017 da OAB/DF<sup>5</sup>.

24. Assim, ao contrário do que afirmou a Unidade Instrutiva, cuja Instrução técnica foi acolhida pelo em. Relator do feito, o empregado público do BRB, Sr. Nicson Chagas Quirino, encontra-se sujeito às normas de controle de frequência insculpidas no art. 74 da CLT, sendo, assim, válida a análise do **Parquet** realizada com base nos relatórios de frequência encaminhado pela jurisdicionada ao **MPC/DF**.

---

<sup>5</sup> “Reconhece a incompatibilidade de controle eletrônico de jornada de advogado público”.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**PRIMEIRA PROCURADORIA**

25. Nesse giro, importa realçar três aspectos quanto ao caso em tela: a) o empregado não exerce atividade externa incompatível com a fixação de horário de trabalho; b) o empregado não ocupa cargo de gestão, incompatível a fixação de jornada e c) o empregado não labora em regime de teletrabalho, consoante informou a jurisdição.

26. Quanto ao primeiro aspecto, **não há demonstração nos autos de que o empregado denunciado esteja encarregado de atividades externas incompatíveis com a fixação de jornada.** Pelo contrário, em sua manifestação o defendente acaba reforçando o **caráter eminentemente presencial** das atividades por ele desempenhadas, mormente quando informa que “A análise de certidões dos processos de financiamento é realizada de forma individual, em cada processo (...) **Todos, emitidos de forma presencial e discutidos com analistas e especialistas do setor**” (e-DOC 4F3AB3D4-c, fl. 8).

27. Embora afirme que, além dos documentos técnicos, existem atas de reuniões e registros de comparecimento a empresas parceiras, verifica-se que as únicas atas acostadas aos autos referem-se a reuniões realizadas no próprio edifício do BRB, sempre no período vespertino.

28. Ademais, em recente julgado<sup>6</sup>, o c. **TST** manifestou entendimento no sentido de que a obrigação de anotação de ponto **não impede** o livre exercício da profissão do advogado, assim como a realização de tarefas externas pelos advogados de sociedades de economia mista **não impede o controle da sua jornada de trabalho.**

29. No mesmo sentido, é bastante esclarecedor o Acórdão proferido pela 7ª Turma do e. **TRT** da 3ª Região, acolhido pelo c. **TST** ao julgar Agravo de Instrumento em Recurso de Revista, **in verbis**:

*“CONTROLE DE JORNADA. ADVOGADO. ATIVIDADE EXTERNA. POSSIBILIDADE. A atividade do advogado compreende diversas atribuições que exigem locomoção para audiências em diferentes comarcas, apresentação de petições, diligências em repartições a fim de obter elementos necessários a instruir as demandas etc. Induvidosa, portanto, a prestação de algumas atividades externas. No entanto, o trabalho externo, por si só, não atrai a aplicação do artigo 62, I, da CLT. Necessário que o labor seja incompatível com a fixação de horários e não haja controle de jornada, direta ou indiretamente. No caso, as atividades advocatícias podem ser mensuradas pelos horários das audiências, além da confirmação da presença nos foros por registros em atas e protocolos das petições. Sem dúvida, a sistemática permite plena fiscalização dos horários, não apenas pelo comparecimento à empresa, mas também pela definição do âmbito de atuação, comarcas em que existiam demandas e controle da produtividade em dada unidade de tempo.”*

---

<sup>6</sup> AIRR - 475-38.2017.5.21.0005, TST - 8ª Turma, Rel. Min. Dora Maria da Costa. **Julgado em 12/12/2018. Publicado em 14/12/2018.**





**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**PRIMEIRA PROCURADORIA**

(RR 0000709-24.2013.5.03.0017, Rel. Des. Cléber Lúcio de Almeida, 7ª Turma, TRT da 3ª Região, DEJT: 01/12/15) (grifos acrescidos).

30. Sobre o segundo aspecto, não há dúvidas de que o empregado não ocupa cargo de gestão incompatível com a fixação de jornada, conforme demonstram os diversos documentos acostados aos autos.

31. No que tange ao terceiro aspecto, o BRB manifestou que **não reconhece como legítima** a alegação de que o empregado labora em regime de *home office*, afirmando, **in verbis, “QUE QUALQUER ALEGAÇÃO NESSA LINHA SERIA DESPROVIDA DE SUSTENTAÇÃO”** (e-DOC E160349C-c, fl. 17).

32. Em face do exposto, resta demonstrado que o Sr. Nicson Chagas Quirino, enquanto **empregado escriturário ocupante da função gratificada de consultor jurídico**, submete-se à jornada **de 8 (oito) horas diárias e 40 (quarenta) horas semanais**, haja vista o reconhecimento judicial quanto à validade da jornada de trabalho negociada com a Associação dos Advogados do BRB, cujo acordo entabulado o empregado aderiu.

33. Outrossim, o empregado não se encontra isento do controle de ponto.

34. Primeiro, porque não se insere no âmbito de aplicação da Resolução nº 6/2017 da OAB/DF, qual seja, advogados públicos. Segundo, pois, no entendimento do c. **TST**, o trabalho externo, **por si só**, não atrai a aplicação do artigo 62, I, da CLT, devendo ficar comprovada a sua incompatibilidade em relação ao controle de ponto. Terceiro, porque o BRB se manifestou, **expressamente**, pela **ilegitimidade** da alegação de trabalho em regime *home office*. Consequentemente, o Sr. Nicson Chagas Quirino encontra-se legalmente sujeito ao controle de frequência previsto na forma do art. 74 da CLT.

**III.1.ii) Evidências da inassiduidade:**

35. Analisando os documentos apresentados pelo Sr. Nicson Chagas Quirino em sua manifestação, comprova-se que:

Suporte Documental	Fato evidenciado
e-DOC 4F3AB3D4-c (fl. 8)	<p>O denunciado alega que a jornada de trabalho que consta da folha de frequência seria apenas um <b>norteador</b> da jornada fixada, “<i>Ou seja, uma convenção sobre a jornada de 40 (quarenta) horas semanais <u>contratada</u></i>”.</p> <p>Assim, confirma que seu contrato de trabalho com o BRB prevê o cumprimento da carga de trabalho de 40 horas semanais.</p>



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**PRIMEIRA PROCURADORIA**

	<p><b>NÃO HÁ CONTROVÉRSIA</b> quanto à <b><u>inobservância</u></b> da <b>jornada de 40h/semanais e 8h/diárias</b>.</p> <p>Em nenhuma momento da sua manifestação o Sr. Nicson Chagas Quirino afirma ter observado regularmente a referida jornada. Pelo contrário, <b>sua defesa consiste <u>unicamente</u></b> em refutar sua obrigação quanto ao cumprimento dessa jornada, bem como sua sujeição ao controle de ponto.</p>
e-DOC 4F3AB3D4-c (fl. 8)	<p>O empregado afirma “<i>que os ‘Superintendentes e Gerentes Gerais estão dispensados da assinatura da FIF.’ Cuidando-se, num e noutro caso, de serviços de gestão, consultoria especializada e trabalhos externos aos quais não se aplicam os registros biométricos</i>”.</p> <p>Aduz que além dos documentos técnicos, “<i>existem as atas de reuniões, registros de comparecimento as empresas parceiras: TERRACAP, CEB, CAESB, CEF, CODHAB, TRIBUNAIS, CARTORIOS, SECRETARIA DE FAZENDA, ETC.</i>”</p> <p>Todavia, <b>NÃO APRESENTOU <u>nenhum</u> documento que comprove a realização de trabalhos externos <u>em favor do BRB</u></b>.</p> <p>Pelo contrário, o que existe nos autos são documentos que comprovam a realização de <b>trabalhos externos <u>em favor de terceiros particulares</u></b>. Inclusive, consta dos autos, peça em que o advogado atua judicialmente defendendo interesse particular de cliente do seu escritório, <b>em desfavor da TERRACAP</b> (e-DOCs CA16B522-c, fls. 24/26 e fls. 89/104.)</p>
e-DOC 4F3AB3D4-c (fl. 8)	<p>O empregado afirma que “<i>A análise de certidões dos processos de financiamento é realizada de forma individual, em cada processo. Portanto, há parecer jurídico em pelos menos três centenas de autos administrativos. <u>Todos, emitidos de forma presencial e discutidos com analistas e especialistas do setor</u></i>”.</p> <p>Portanto, o empregado <b><u>expressamente</u> confirma a natureza eminentemente presencial</b> das atividades por ele desempenhadas junto à Consultoria Jurídica do BRB.</p>



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**PRIMEIRA PROCURADORIA**

e-DOC 4F3AB3D4-c (fl. 8)	<p>Ao aduzir que labora “<i>em regime de disposição exclusiva</i>” e que “<i>mediante convocação da gerência ou da diretoria, se apresenta para compromissos urgentes e não-agendados</i>”, o empregado reforça que, na prática, a prestação de serviços ao Banco se deu de forma irregular, pois a extensa documentação juntada aos autos (em especial e-DOCs CA16B522-c, 8BE2DA4D-c, 36E888B4-c, 630979CF-c, D1F3E214-c e B038A93F-c) demonstra a <b>intensa atuação do advogado em causas particulares</b>, completamente desvinculadas do seu cargo no BRB e, notadamente, <b>incompatíveis com um suposto regime de dedicação exclusiva</b>.</p>
e-DOC 4F3AB3D4-c (fls. 11 e 13)	<p>Foram apresentados <b>dois Boletins Semestrais</b>, referentes ao Curso Superior de Teologia - turno noturno, realizado pelo empregado junto à Arquidiocese de Brasília, no 1º e 2º semestre de <b>2007</b>.</p> <p>Considerando que a denúncia foi apresentada ao <b>MPC/DF</b> em <b>2017</b>, meros dois boletins semestrais referentes ao ano de <b>2007</b> não permitem afirmar a improcedência da denúncia, que é <b>bastante posterior</b> à documentação apresentada.</p> <p>Além disso, considerando que o curso em tela possui <b>duração média de seis semestres</b>, não há razoabilidade em afastar a denúncia com base em documentos referentes a apenas dois desses semestre.</p> <p>Ressalta-se, ainda, que, em documento oficial apresentado à OAB e juntado aos autos, o empregado <b>afirma possuir formação em Teologia</b>, pela Arquidiocese de Brasília. Assim, <b>resta afastada a suposta alegação de não conclusão do curso</b>, sob pena de assumir que o defendente apresentou informação falsa em processo seletivo da OAB/DF (e-DOC CA16B522-c, fl. 12).</p> <p>Se, de fato, o empregado concluiu o curso de Teologia, como ele afirma, torna-se ainda mais evidente a <b>insuficiência</b> da apresentação de apenas dois boletins para comprovar a compatibilidade do horário do curso com o horário de trabalho.</p>
e-DOC 4F3AB3D4-c (fls. 36/40)	<p>O empregado anexou à sua manifestação o Parecer PRESI/CONJUR-2018/556, de <b>29/8/2018</b>, <b>elaborado por ele próprio</b>.</p>



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**PRIMEIRA PROCURADORIA**

	<p>No documento, o defendente, enquanto consultor jurídico, <b><u>recomenda ao BRB</u></b> “a <b><u>implantação imediata do regime de teletrabalho (home office)</u></b> nos termos previstos na legislação trabalhista, com a <b><u>deflagração de plano-piloto envolvendo, originariamente, as áreas de Tecnologia da informação e Jurídica</u></b>”.</p> <p>Portanto, embora tenha afirmado laborar em regime de <b>home office</b>, o próprio denunciante <b>se contradiz</b> ao apresentar documento de próprio punho, elaborado em 2018, portanto, posteriormente à denúncia, em que reconhece a inexistência de regime de teletrabalho no âmbito do BRB.</p>
e-DOC CA16B522-c (fl. 10)	<p>Expediente do dia 5/5/1997, mediante o qual o empregado denunciado é designado para exercer <b>função gratificada de “Consultor Jurídico da COJUR”</b>, ficando dispensado da <b>função gratificada de Assessor Jurídico</b>.</p> <p>Conforme entendimento do c. <b>TST</b> em caso análogo, não se está diante da figura do advogado empregado de banco, <b>mas sim do bancário que exerce a função gratificada de advogado, de maneira que é inaplicável ao caso a Súmula nº 102, V, do TST</b>.</p> <p>Desse modo, a jornada de 8 horas diárias não foi fixada em razão de haver ou não regime de dedicação exclusiva, mas em razão da manutenção da condição relativa ao exercício de função de confiança.</p>
e-DOC CA16B522-c (fls. 12/13)	<p>Em documento oficial apresentado à OAB e juntado aos autos, o empregado denunciado informa:</p> <p><b>Formação</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Universidade de Brasília – UnB. Bacharelado em Direito.</b></li><li>• <b>UnB/Unicesp. Bacharelado em Jornalismo.</b></li><li>• <b><u>Arquidiocese de Brasília. Curso Superior de Teologia.</u></b></li><li>• <b>Fundação Getúlio Vargas – FGV. Pós-Graduação em Direito Econômico e das Empresas.</b></li><li>• <b>Uniceub. Pós-graduação em Comunicação Social.</b></li></ul>



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**PRIMEIRA PROCURADORIA**

	<ul style="list-style-type: none"><li>• NOVADA – Sistemas e Computadores S.A. Ciência dos Computadores.</li><li>• Centro Educacional Elefante Branco – CEEB. Hab. Em Administração.</li></ul> <p><b>Experiência profissional</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Banco de Brasília S.A. (BRB)</b> – servidor de carreira, empossado em 21/11/1985. <b><u>Advogado desde 1993.</u></b></li><li>• <b>Advogado, inscrito na OAB/DF, desde 1991.</b></li><li>• Conselho Penitenciário do Distrito Federal – advogado assistente.</li><li>• Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público (SINDJUS/DF) – advogado.</li><li>• ASSOCIAÇÃO DOS Servidores do Senado Federal (ASSEFE) – advogado.</li><li>• Matos e Balbino Associados. Advocacia e Assessoria Jurídica – advogado.</li><li>• Rolim, Viotti e Leite Campos – consultor.</li><li>• Motta Advocacia – advogado.</li></ul> <p><b>Magistério</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• UNICESP. Faculdades Integradas. Instituto de Ensino Superior e Pesquisa, Guará-DF.</li><li>• UNYAHNA. Instituto de Educação Superior, Barreiras-BA.</li><li>• FGV. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro – RJ.</li></ul> <p><b><u>O curso de Direito noturno foi criado somente em 1994.</u></b></p> <p><b>Considerando que o empregado graduou-se na UnB anteriormente a essa data, em 1991,</b> à época da graduação já havia incompatibilidade entre o curso realizado e o emprego público ocupado, caso o empregado já estivesse vinculado à jornada de 40 horas semanais.</p> <p>Em sua documentação curricular o defendente informa ter concluído o Curso Superior de Teologia.</p> <p>A atuação do Sr. Nicson Chagas Quirino como advogado em diversas frentes estranhas ao BRB reforça a denúncia de prestação de serviço irregular, com inobservância da jornada de trabalho de</p>
--	--



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**PRIMEIRA PROCURADORIA**

	40 horas semanais, haja vista a incompatibilidade de horários.
--	--

36. Outrossim, examinando os documentos apresentados pela jurisdicionada comprova-se que:

Suporte Documental	Fato evidenciado
Carta Presi/Cojur – 2019/045, de 23/01/2019  (e-DOC E160349C-c, fl. 2)	<p><i>“O empregado Dr. Nicson Chagas Quirino ocupou funções em outras unidades do Banco, no período de maio de 2011 a fevereiro de 2015, e posteriormente permaneceu em adição temporária, no período de fevereiro de 2015 a maio de 2017, na Gerência de Operações Imobiliárias - GEMOB, conforme anexo. Nesse passo, esta Consultoria Jurídica detém extensa massa de trabalho produzida pelo Dr. Nicson Chagas Quirino no período de junho de 2017 a janeiro de 2019, relacionada a emissão de pareceres jurídicos, <b>que se requisitada, será enviada a essa egrégia Corte para melhor exame.</b>”</i></p> <p>A documentação citada não foi apresentada ao c. <b>Tribunal.</b></p> <p>Diante da denúncia de condescendência da Chefia, a manifestação da COJUR, que é a própria chefia, sem o respectivo aparato documental mostra-se <b>inócua.</b></p>
Carta Presi/Cojur – 2019/045, de 23/01/2019  (e-DOC E160349C-c, fl. 2)	<p><i>“Assevere-se que o empregado produziu em quantidade condizente a média verificada para a atividade desenvolvida, em relação aos demais advogados”.</i></p> <p>A afirmação <b>não obsta a inassiduidade do empregado Nicson Chagas Quirino</b>, mas <b>apenas reforça o indicativo de que a irregularidade não constitui fato isolado</b>, contaminando, assim, todo o setor jurídico do Banco.</p>
Planilha de qualificação técnica  (e-DOC E160349C-c, fl. 4/5)	<p>A COJUR apresenta a listagem de cursos realizado pelo empregado ao longo de sua carreira, porém, observa-se que <b>nenhum possui carga horária suficiente para justificar tantas ausências do local de trabalho.</b></p>





**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**PRIMEIRA PROCURADORIA**

<p>Carta DOPES/SUGEP – 2018/002, de 23/01/2018 (e-DOC E160349C-c, fl. 17)</p>	<p><i>“Em resposta ao Ofício nº 1/2018-GP1P, do Ministério Público de Contas, datado de 17 de janeiro de 2018, o qual requisita ao Banco de Brasília informações acerca do empregado Nicson Chagas Quirino, para apuração de denúncia, seguem abaixo as respostas aos itens requisitados:</i></p> <p><i>a) o empregado em questão recebeu a remuneração integral de seu cargo/função durante o seu período de contratação.</i></p> <p><i>d) e c) <b>Em relação as alegações do empregado: de que e executa atividades externas e home office</b>, o BRB requer, previamente, para manifestação, cópia do processo na íntegra, pois não tem conhecimento da defesa apresentada. <b>Entretanto, de antemão, o BRB informa que não possui regulamentação de trabalho home office, PELO QUE QUALQUER ALEGAÇÃO NESSA LINHA SERIA DESPROVIDA DE SUSTENTAÇÃO.</b>”</i></p> <p>Portanto, o BRB <u>não reconhece como legítima a alegação de que o empregado realiza trabalho em regime de home office.</u></p> <p>Assim, a afirmação de defesa deve ser descartada, mesmo porque o empregado denunciado não trouxe qualquer prova do alegado.</p>
<p>Folhas Individuais de Frequência (FIF's) (e-DOC DCF97817-e, fls. 8,11, 17, 24 e 32.).</p>	<p>Consta das folhas de ponto que o empregado, embora admitido para o cargo de escriturário, <b>exercia função junto à Consultoria Jurídica do BRB</b>, tendo ocupado a <b><u>Função Técnica de Advogado PCCR 2012</u></b> de 10/3/2015 a 7/6/2015; de 8/6/2015 a 1/8/2015; de 2/8/2015 a 30/10/2015; de 3/11/2015 a 31/1/2016; e de 1/2/2016 a 11/5/2017.</p>
<p>Folhas Individuais de Frequência (FIF's) (e-DOC DCF97817-e, fls. 7/65).</p>	<p>As folhas de ponto encaminhadas pelo BRB indicam que o empregado deveria cumprir e, <b>em tese</b>, cumpria uma carga de <b>40 (quarenta) horas semanais</b>, com jornada de 9h às 19h e intervalo de 13h às 15h.</p> <p>Contudo, os relatórios de entrada e saída do edifício, os relatórios de acesso à rede e os documentos em que consta horário de elaboração/realização demonstram que o empregado, salvo raras exceções, <b>laborava unicamente no período vespertino, descumprindo a jornada de trabalho que lhe é imposta.</b></p>
<p>Documentos de trabalho</p>	<p>Esses documentos comprovam que o Sr. Nicson Chagas Quirino</p>



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**PRIMEIRA PROCURADORIA**

<p>elaborados pelo denunciado (e-DOC DCF97817-e), Relatório de entrada/saída do edifício (e-DOC 0A41C9BA-e) e Relatório de Acesso à Rede Interna (e-DOC BD5C08BE-e).</p>	<p>comparecia ao local de trabalho <b>somente no período da tarde, quando comparecia.</b></p> <p>Os relatórios de acesso das catracas do Ed. Brasília no período de 1/7/2016 a 25/3/2017 (e-DOC 0A41C9BA-e), demonstram que, à exceção de três datas, os acessos do empregado ao local de trabalho ocorreram <b>TODOS APENAS NO PERÍODO DA TARDE.</b></p> <p>Os registros comprovam, ainda, que o Sr. Nicson Chagas Quirino, além de comparecer ao local de trabalho unicamente no período vespertino, <b>lá permanecia, em média, 2 horas e 32 minutos</b>, carga horária <b>muito inferior às 8 horas diárias que deveriam ser cumpridas</b> (e, inclusive, inferior à jornada especial de 4h prevista para o advogado público sem dedicação exclusiva).</p> <p><b>TODOS</b> os registros de acesso ao local de trabalho apresentados pela jurisdição denotam o cumprimento de jornada <b>significativamente inferior</b> àquela que deveria ter cumprido, sendo que o <b>período MÁXIMO</b> de permanência no local de trabalho foi de <b>4 horas e 55 minutos.</b></p> <p>Portanto, mesmo que se considerasse a jornada especial prevista no art. 20 do Estatuto da Advocacia, <b>ainda assim o empregado teria prestado serviço de forma irregular, com prejuízo aos cofres do BRB</b>, vez que recebeu sua remuneração na integralidade.</p> <p>Os relatórios demonstram, ainda, que o empregado nem sempre comparecia ao local de trabalho.</p> <p>Por outro lado, restou comprovado que o empregado <b>somente acessava a rede quando comparecia ao local de trabalho e apenas durante o tempo que lá permanecia</b>, não havendo nenhum registro de acesso ao sistema fora do local de trabalho ou em outro turno que não o vespertino.</p> <p>Esta última evidência confirma a manifestação da SUGEP/BRB, no sentido de que a alegação de atividades em regime <i>home office</i> é <b>desprovida de sustentação.</b></p> <p>Analisando o horário do primeiro “log in” e do “último log off” realizado em cada um dos 12 acessos do empregado à rede, registrados no relatório do BRB, chega-se a um <b>período médio de trabalho na rede interna</b> do Branco de <b>APENAS 1 hora e 53</b></p>
--	--



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**PRIMEIRA PROCURADORIA**

minutos:

Data do acesso à Rede	Horário do 1º "log on"	Horário do último "log off"	Interstício de uso da Rede
21/03/2017	15:04:07	17:51:16	02:47:09
23/03/2017	15:02:44	15:59:34	00:56:50
27/03/2017	15:27:07	17:31:58	02:04:51
03/04/2017	16:18:47	18:27:38	02:08:51
06/04/2017	15:58:00	17:21:53	01:23:53
11/04/2017	15:39:15	15:49:56	00:10:41
27/04/2017	16:19:34	18:05:01	01:45:27
28/04/2017	15:16:16	16:05:30	00:49:14
04/05/2017	15:12:57	17:57:18	02:44:21
08/05/2017	15:22:14	17:39:00	02:16:46
10/05/2017	15:02:23	18:02:22	02:59:59
11/05/2017	15:14:58	17:48:43	02:33:45

Observando os períodos a que se referem os relatórios de frequência apresentados pelo BRB, é possível perceber que para os dias 21 e 23/3/2017 foram apresentados tanto registros de entrada/saída do edifício, quanto dados de acesso à rede. Comparando ambos os registros para essas duas datas, constata-se a veracidade e a congruência das informações prestadas, conforme demonstrado a seguir:

	Entrada no prédio	1º "log in" na Rede	Último "log off" na Rede	Saída do prédio
21/3/2017	14:42:16	15:04:07	17:51:16	17:52:09
23/3/2017	14:41:40	15:02:44	15:59:34	16:02:05

Os documentos de trabalho constantes dos autos que contém registro de horário também indicam que o empregado trabalhava **unicamente** no **período vespertino**. Não há registro de nenhum documento elaborado fora do turno da tarde.

Embora os documentos de trabalho juntados demonstrem a realização de **"algum serviço"**, não comprovam a regular prestação de serviços, nem afasta as evidências da inassiduidade do empregado, mormente em face da afirmação de que *"o empregado produziu em quantidade condizente a média verificada para a atividade desenvolvida, em*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**PRIMEIRA PROCURADORIA**

	<i>relação aos demais advogados”, quanto tudo indica que a irregularidade é inerente ao Setor Jurídico como um todo.</i>
--	--

37. Diante das evidências apresentadas, está comprovada a inassiduidade do empregado do BRB denunciado, Sr. Nicson Chagas Quirino, em face do descumprimento da sua jornada de trabalho, conforme demonstrado pela jurisdição nos relatórios apresentados ao c. **Tribunal**.

38. Diante de tantas evidências, algumas inclusive apresentadas pelo próprio empregado denunciado, não há como afirmar que as suspeitas de inassiduidade do referido empregado do BRB não restaram devidamente comprovadas. Mesmo porque, **EM MOMENTO NENHUM O EMPREGADO REFUTA OU CONTESTA o fato de comparecer ao local de trabalho UNICAMENTE no período da tarde**, observando carga de trabalho muito inferior (em média, 2 horas e 32 minutos) àquela que deveria cumprir (8 horas/dia).

39. Pelo contrário, busca apenas justificar sua ausência com base na realização de *home office* (considerada insubsistente pelo próprio BRB, vez que a entidade ainda não autoriza esse regime de trabalho em seu âmbito) e na suposta realização de **tarefas externas** (que, segundo o c. **TST**, não incompatibiliza, por si só, o controle da jornada de trabalho), no intuito de convencer a c. **Corte** que a prestação de serviço, embora notadamente reduzida, seria regular.

40. Todavia, inexistente, nos autos, documentação apta a comprovar a execução de trabalho em *home office* ou a execução de tarefas externas inerentes ao cargo, mas incompatíveis com o controle de ponto.

41. Outrossim, não se mostra razoável considerar a produtividade do empregado como regular, em face da média produzida pelos demais advogados, visto que a média da jornada de trabalho realizada **não atinge nem 1/3 da carga horária prevista**.

42. Se, assim como o Sr. Nicson Chagas Quirino, os demais advogados do Banco estão produzindo o equivalente a **1/3 de sua jornada de trabalho**, deve o BRB, em caráter de urgência, rever a alocação do seu pessoal, posto que seu quadro estaria se revelando muito superior à demanda, em prejuízo à Entidade (seja pelo excesso de servidores em relação à demanda, seja pelo pagamento de salários integrais a servidores que cumprem menos de 1/3 da sua jornada).

**III.2) Quanto à “implementação de home office” e à “iminente instalação de relógios e pontos eletrônicos no Banco de Brasília”**



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**PRIMEIRA PROCURADORIA**

43. Com efeito, conforme afirmou o em. Relator em seu Voto, “*O objetivo principal desse Tribunal deve ser aferir a ocorrência de práticas ilegais e, ao mesmo tempo, evitar sua repetição*”.

44. Contudo, a adoção de medidas prospectivas visando à solução do problema (como a implementação de *home office* e a instalação de relógios e pontos eletrônicos), embora representem um tendência a sanar a irregularidade, **não elidem, por si só, as irregularidades até então ocorridas**, estando os responsáveis sujeitos à obrigação de recompor eventual dano, sem prejuízo das sanções cabíveis.

45. Mesmo que tais medidas já estivessem efetivamente implantadas, sabe-se que **a cessação da irregularidade não afasta a adoção de providências pelo e. Tribunal de Contas**, em face do que dispõe o art. 78, IX a XIV, da LODF, que **confere** ao c. TCDF competências para:

“Art. 78 (...)

*IX - aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, a qual estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário;*

*X - assinar prazo que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, verificada a ilegalidade;*

*XI - sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara Legislativa;*

*XII - representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados;*

*XIV - apreciar e apurar denúncias sobre irregularidades e ilegalidades dos atos sujeitos a seu controle.”*

46. Podendo, ainda, a c. **Corte** aplicar ao responsável a sanção do art. 57 da LC nº 01/1994, em face de “*ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial*” e de “*ato de gestão ilegítimo ou antieconômico de que resulte injustificado dano ao Erário*”.

47. Assim, malgrado possam vir a evitar irregularidades semelhantes no futuro, medidas prospectivas como as citadas são **insuficientes** para justificar o arquivamento dos autos, especialmente em face das evidências apresentadas, que indicam não se tratar de irregularidade isolada, mas inerente a todo o setor jurídico da entidade. Dessa forma, o caso requer a efetiva atuação do e. **Tribunal**, no sentido de apurar a extensão dos fatos e os prejuízos dela advindos.

48. Ademais, não há notícia de que, até o momento, o BRB tenha implantado ou venha a implantar em curto prazo o sistema de *home office*.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**PRIMEIRA PROCURADORIA**

**III.3) Considerações Finais**

49. Há evidências de inassiduidade ao serviço e simulação de presença mediante validação da chefia.

50. As evidências de inassiduidade e simulação de presença são fortes e múltiplas:

- Comparecimento ao local de trabalho unicamente no período da tarde;
- Comparecimento ao local de trabalho em média 3 vezes por semana;
- Cumprimento de uma carga horária média de **2 horas e 32 minutos**, nos dias que comparece ao local de trabalho, sendo que o período máximo de permanência no local de trabalho registrado pelo BRB foi de 4 horas e 55 minutos;
- Acesso à rede interna unicamente nos dias em que comparece ao local de trabalho e apenas durante o período que lá permanece;
- Analisando os 12 registros de acesso à rede constantes do relatório do BRB, chega-se a um **interstício médio de apenas 1 hora e 53 minutos de trabalho na rede interna** a cada dia;
- Manifestação do BRB no sentido de que a alegação de atividades em regime home office é desprovida de sustentação
- Os documentos de trabalho constantes dos autos que contém registro de horário indicam que o empregado trabalhava **unicamente no período vespertino, não havendo registro de documento elaborado em outro turno, que não o costureiro;**
- Graduação em Direito no período diurno, haja vista que o curso de Direito noturno da UnB foi criado somente em 1994;
- Conclusão do curso de Teologia na Arquidiocese de Brasília, conforme documentação curricular entregue à OAB/DF;
- Comprovação da compatibilidade do curso de teologia em relação ao horário de trabalho apenas quanto aos dois semestres de 2007;
- Identificação de inúmeras peças em que o empregado atua como advogado de terceiros em ações variadas;
- **Ausência de controvérsia** quanto à **inobservância da jornada de 40h/semanais e 8h/diárias.**





**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**PRIMEIRA PROCURADORIA**

51. Segundo afirma o em. Relator no Voto que fundamentou a r. Decisão recorrida, não estariam devidamente comprovadas as suspeitas de inassiduidade do referido empregado do BRB, o que impossibilitaria qualquer aplicação de pena. Com a devida vênia, diante de tantas evidências quanto à ocorrência da irregularidade, inclusive com potencial prejuízo aos cofres do Banco, não parece razoável acatar as **alegações genéricas** apresentadas pelo denunciado, frise-se, sem a devida comprovação, em detrimento das inúmeras provas que permeiam os autos, baseadas em vasto suporte documental.

52. Muito embora o em. Relator tenha defendido que os documentos acostados pelo defendente comprovam que o indigitado empregado frequentara o citado curso no período noturno, este **Ministério Público de Contas**, relembra ao c. **Plenário** que a documentação refere-se **unicamente** aos **dois semestres** cursados em **2007**.

53. Considerando que a duração média do curso superior de Teologia é de seis semestres, ainda restam quatro semestres pendentes de comprovação quanto à compatibilidade da grade horária em relação à jornada de trabalho, **especialmente porque consta dos autos documento em que o próprio defendente afirma ter concluído o curso.**

54. Embora pudesse ter produzido essas provas com facilidade, assim como fez em relação aos dois semestres de 2007, o empregado deixou de apresentar a documentação pertinente aos demais semestres do curso e, assim, no entender do **Parquet** especializado, não logrou êxito em descaracterizar a denúncia.

55. Por outro lado, passada a instrução dos autos, observa-se que a conclusão do curso de Teologia tronou-se o menos representativo dos elementos de prova, pois, com amparo nos documentos apresentados pela jurisdicionada e pelo denunciado, há muitas outras evidências, inclusive mais robustas, que comprovam a inassiduidade do Sr. Nicson Chagas Quirino.

56. Segundo aduz o em. Relator do feito em seu Voto, “*a produção de provas visa a transformar os indícios em fatos, e não a levantar outros indícios que demandariam outras provas (...) Caso contrário, o ciclo não se fecha, não há o término da fase probatória*”.

57. Tal afirmação seria plenamente válida no âmbito judicial, que rege-se pela **verdade formal**. Contudo, na órbita administrativa, prevalece o princípio da **verdade material**, segundo o qual o órgão julgador deve buscar todos os meios de provas disponíveis e necessários para motivar a decisão a ser proferida. No ensinamento dos renomados juristas Sérgio Ferraz e Adilson Dallari<sup>7</sup>:

*“(...) no processo administrativo o julgador deve sempre buscar a verdade, ainda que para isso tenha que se valer de outros elementos além daqueles trazidos aos autos pelos interessados.*

---

<sup>7</sup> FERRAZ, Sérgio; DALLARI, Adilson Abreu. *Processo Administrativo*. São Paulo: Ed. Malheiros, 2012, p. 133.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**PRIMEIRA PROCURADORIA**

*A autoridade administrativa competente para decidir não fica na dependência da iniciativa da parte ou das partes interessadas, nem está obrigada a restringir seu exame ao que foi alegado, trazido ou provado, podendo e devendo buscar todos os elementos que possam influir no seu convencimento”.*

58. No Voto condutor da r. Decisão recorrida, o em. Relator, argumentando que não houve choque de horário entre o trabalho do empregado e o curso de Teologia que “*hipoteticamente*” teria cursado, conclui que o conjunto probatório não seria suficiente para produzir prova cabal daquilo que assevera o Representante.

59. Todavia, o Relator deixou de pronunciar-se sobre todas as demais evidências apresentadas, tais como: o não cumprimento da jornada de trabalho, conforme demonstram os relatórios eletrônicos de frequência, tendo a jurisdicionada demonstrado que o empregado cumpre habitualmente menos de 1/3 da sua carga horária; a inexistência de autorização para trabalho remoto no âmbito do BRB, tendo a entidade afirmado que qualquer alegação nesse sentido seria desprovida de legitimidade; a ausência de provas quanto ao exercício do cargo fora do local de trabalho; a ausência de incompatibilidade entre a atividade desempenhada e o controle de ponto; além dos inúmeros documentos particulares apresentados pelo defendente, que denotam intensa dedicação do advogado em causas particulares, estranhas à sua atividade no BRB.

60. Por um lato, o **Parquet** coaduna com a afirmação de que o objetivo principal do c. **Tribunal** deve ser aferir a ocorrência de práticas ilegais e, ao mesmo tempo, evitar sua repetição. Entretanto, conforme já explicitado no presente apelo, a eventual implantação do *home office*, com a devida regulamentação, e a iminente implementação de relógios e pontos eletrônicos, embora sejam medidas prospectivas aptas a tornar mais rigoroso o controle do cumprimento da jornadas de trabalho naquela jurisdicionada, não elidem as irregularidades já ocorridas, cabendo ao c. **Tribunal** apurar responsabilidades e quantificar eventual dano, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, nos termos do art. 57 da LC nº 1/1994.

61. Nesse espeque, oportuno frisar que, embora os documentos constantes das peças 4 (e-DOC DCF97817-e), 5 (e-DOC 0A41C9BA-e) e 6 (e-DOC BD5C08BE-e) demonstrem que o Sr. Nicson Chagas Quirino, habitualmente<sup>8</sup>, comparecia ao local de trabalho **somente no período da tarde (quando comparecia)**; suas folhas de frequência referentes ao mesmo período, validadas pelo responsável da unidade, Sr. Antônio Carlos Possati Campos, indicam o cumprimento da jornada de 40 horas semanais, evidenciando assim a anuência da Chefia quanto à inassiduidade do empregado, o que permitiu o recebimento de salário na integralidade, em prejuízo da entidade.

62. Em acréscimo, verifica-se que a Consultoria Jurídica considera como regular a prestação de serviço pelo empregado denunciado, ao argumento de que teria produzido em

<sup>8</sup> Ao menos no que se refere ao período de 1/7/2016 a 25/3/2017.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**PRIMEIRA PROCURADORIA**

quantidade condizente à média verificada em relação aos demais advogados, sem, todavia, apresentar qualquer documento ou registro que comprove esse indicador.

63. Lado outro, tendo em conta que o Sr. Nicson Chagas Quirino cumpria menos de 1/3 de sua carga horária, equiparar sua produtividade à dos demais advogados não faz presumir a regularidade do serviço prestado pelo denunciado, ao contrário, demonstra que os demais empregados estão prestando serviço de forma irregular, ou mesmo que o efetivo do BRB é superior à real demanda de trabalho, havendo, em ambos os casos, prejuízo injustificado para o Banco.

64. Assim, com as vênias de estilo, contrário do que deliberou a c. **Corte**, entendo que o **decisum** está a merecer reforma, uma vez que, **na essência**, a **questio** apresentada na Representação oferecida pelo **Ministério Público de Contas** - qual seja, possível irregularidade relativa à assiduidade do empregado público Nicson Chagas Quirino - restou evidenciada nos autos.

65. Ante o exposto, este **Ministério Público de Contas**, com as considerações tecidas nos parágrafos precedentes, sugere ao c. **Plenário** que tome conhecimento do presente Pedido de Reexame, dando-lhe **provimento** para reformar a r. Decisão nº 2.355/2019, considerando, na essência, procedente a Representação nº 7/2018-CF, determinando, por conseguinte, o prosseguimento do feito, para adoção das providências cabíveis.

66. Por essa linha, diante da evidente possibilidade de o empregado público ter percebido os valores remuneratórios sem a necessária contraprestação laboral, como no caso do Sr. Nicson Chagas Quirino, cabe ao c. **TCDF** determinar à entidade que apure a aludida inassiduidade, promovendo a subjacente devolução dos recursos percebidos indevidamente.

67. Outrossim, este **Órgão Ministerial** entende que os indícios apresentados são suficientes para ensejar a **audiência** dos signatários das folhas de frequência do Sr. Nicson Chagas Quirino, em razão da irregular validação das folhas de ponto do empregado, que permitiu o recebimento de salário na integralidade sem que houvesse a correspondente contraprestação contratual, bem como a **audiência** do empregado denunciado, em face da inassiduidade ao serviço e da simulação de presença com cumprimento da jornada de 40 horas semanais, haja vista a possibilidade de aplicação de multa, constante art. 57, II e III, da Lei Complementar nº 1/1994.

68. Por fim, ante às deficiências nos controles internos, em especial, controles inadequados e insuficientes sobre a frequência e a produtividade dos empregados, em que pese a previsão de implantação do **home office** e a iminente implementação de relógios e pontos eletrônicos, entendo pertinente que a c. **Corte** inclua o tema em roteiro de inspeção, a fim de acompanhar a implementação desses sistemas de controle e seus reflexos na entidade, haja vista que a irregularidade parece ser intrínseca à cultura organizacional do Banco,



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**PRIMEIRA PROCURADORIA**

especialmente no âmbito da COJUR, onde os empregados habitualmente já observam jornada inferior, embora vinculados à jornada de 40 horas semanais.

69. Assim, está claro que o arquivamento dos autos não se mostra a medida mais adequada ao feito.

**IV) DO PEDIDO**

70. Nesse diapasão, este representante do **Ministério Público de Contas** requer ao c. **Tribunal** que:

- I) conheça do presente Pedido de Reexame;
- II) abra prazo para que o Senhor Nicson Chagas Quirino e o Banco de Brasília – BRB passem apresentar suas contrarrazões ao recurso;
- III) dê provimento ao apelo para reformar o item II da r. Decisão nº 2.355/2019, a fim de considerar **procedente** a Representação nº 7/2018-CF, em face da inassiduidade do empregado público do BRB, Nicson Chagas Quirino, mediante anuência das Chefias;

IV) determine:

- a) com fundamento no art. 43, II, da LC nº 1/1994, a audiência:
  - i) do Sr. Nicson Chagas Quirino, para que apresente suas razões de justificativa em face da inassiduidade no cargo de escriturário cumulado com a função gratificada de advogado, haja vista a inobservância da jornada de trabalho de 40 horas semanais que lhe é imposta, ante a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 57, II e III, da LC nº 1/1994;
  - ii) do Sr. Antônio Carlos Possati Campos, para que apresente suas razões de justificativa em face da homologação da folha de ponto do empregado Nicson Chagas Quirino, em que pese o descumprimento da jornada de 40 horas semanais, conforme demonstram os relatórios encaminhados pelo BRB, ante a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 57, II e III, da LC nº 1/1994;
- b) ao BRB, se ainda não o fez, que, em decorrência dos indícios de dano aos cofres públicos apontados pelo **MPC/DF**, instaure Tomada de Contas Especial - TCE para apurar o prejuízo



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**PRIMEIRA PROCURADORIA**

decorrente do pagamento de salário ao empregado Nicson Chagas Quirino, haja vista a inobservância à jornada contratualmente estabelecida;

- V) autorize a realização de Auditoria para aferir a extensão da irregularidade noticiada quanto aos demais empregados do Banco ou, alternativamente, a inclusão do tema em roteiro de Inspeção, a fim de acompanhar a implementação das medidas de controle propostas, aferindo seu resultado no médio prazo;
- VI) dê conhecimento ao BRB e ao Sr. Nicson Chagas Quirino da r. Decisão que vier a ser proferida nestes autos.

Brasília, 20 de agosto de 2019.

**Demóstenes Tres Albuquerque**  
Procurador Substituto